

# A FORMAÇÃO DO MDB E A INFLUÊNCIA DO QUADRO PARTIDÁRIO ANTERIOR<sup>1</sup>

Rodrigo Patto Sá Motta  
Universidade Federal de Minas Gerais

## RESUMO

*O objetivo do autor neste artigo é fazer uma análise da formação do “partido das oposições” no regime militar: o MDB. O autor pretende mostrar que o MDB incorporou, em sua constituição, a herança trabalhista e reformista oriundas principalmente do PTB e de parte do PSD — agremiações que pertenceram ao sistema partidário do período 1945-1965 —, dos quais vieram a maioria dos políticos que formaram o Movimento Democrático Brasileiro. A natureza dessa herança definiu o programa e a atuação deste partido e seu deslocamento num campo político que pode ser denominado de centro-esquerda.*

PALAVRAS-CHAVE: *partidos políticos; sistema partidário brasileiro; regime militar; MDB.*

## I. INTRODUÇÃO

A proposta deste artigo é analisar a formação do MDB e a influência por ele sofrida dos partidos vigentes no sistema partidário do período 1945-1965.

Para tanto, reunimos dados sobre a vinculação partidária precedente dos parlamentares emedebistas, sobre a constituição do programa do partido e analisamos alguns aspectos de sua atuação política.

A hipótese básica que guia nossa investigação é que a articulação constituidora do MDB, capitaneada majoritariamente por políticos egressos do PTB e do PSD, definiu os traços marcantes da nova agremiação. Exatamente por causa do perfil das forças políticas que lhe deram origem, o MDB, em seu programa e em sua atuação, acabou situando-se num campo político que pode ser chamado de centro-esquerda.

O viés de análise apresentado destaca-se da bibliografia existente em relação ao tema — por sinal muito escassa — por concentrar o foco sobre a importância da herança trabalhista e re-

formista na constituição do MDB<sup>2</sup>. Não descuramos, contudo, de enfatizar também o papel de outras correntes políticas constituidoras do partido, e mesmo de nuançar o impacto do trabalhismo. Por outro lado, destacamos ao final do texto que a herança recolhida pelo “partido das oposições” foi sendo superada ao longo do tempo, superação no sentido de incorporação e transformação.

## II. A CRIAÇÃO DO BIPARTIDARISMO

O Movimento Democrático Brasileiro nasceu a partir de um dos atos autoritários do regime militar instituído em abril de 1964, o Ato Institucional nº 2, de outubro de 1965. O AI-2 resultou de uma grave crise política vivida no interior da coalizão que governava o país desde 1964.

A intenção do grupo que se reunia em torno do Presidente Castello Branco era de que o movimento de abril de 1964 promovesse uma

---

<sup>1</sup> Este trabalho é parte da Dissertação de Mestrado do autor. V. MOTTA, 1993.

---

<sup>2</sup> Nossa perspectiva é distinta, por exemplo, do trabalho de KINZO, 1988, autora de um excelente estudo sobre o MDB. Ao contrário de Kinzo, que considera tênues as diferenças constitutivas entre ARENA e MDB, destacamos a existência de características marcadamente contrastantes distinguindo os dois partidos.

depuração nos quadros políticos e administrativos do país, ao mesmo tempo em que se implementaria uma reorientação na política econômico-financeira. Não se pensava, pelo menos de início, na implantação pura e simples de uma ditadura (GORENDER, 1987:71). Algumas das atitudes do novo governo apontavam neste sentido, inclusive a manutenção em funcionamento do Congresso Nacional e dos partidos, ainda que devidamente depurados após a primeira leva de cassações.

A coalizão que conduziu o movimento de 1964 não era homogênea, dividia-se em várias facções. Dentre elas destacavam-se, todavia, duas, que tinham perspectivas distintas acerca dos rumos a tomar na condução do país.

A primeira, e mais coesa, era oriunda da ESG (Escola Superior de Guerra), que assumiu a hegemonia dentro do governo com a ascensão de Castelo Branco à presidência. Por causa da proeminência de Castelo sobre os “esguianos”, eles também eram chamados de “castelistas”. Os “esguianos” tinham uma concepção bastante liberal em termos econômicos. Preconizavam uma modernização para a economia brasileira, o que na sua ótica passava por um aprofundamento dos laços com o capital norte-americano. Em termos políticos, esposavam também algumas posturas “liberalizantes”, por mais paradoxal que isso possa parecer, pois se tratava de uma facção que participou ativamente do golpe político.

A outra grande facção, conhecida por “linha-dura”, era menos coesa e sua composição passou por flutuações ao sabor das diferentes conjunturas que se sucederam aos acontecimentos de 1964. Os chamados “duros” divergiam dos “castelistas” por terem posições nacionalistas e discordarem do internacionalismo liberalizante esposado pelos primeiros. Quanto a questões políticas tendiam a ser mais autoritários, desprezando as sutilezas “liberais” dos seguidores de Castello Branco<sup>3</sup>.

Pois bem, o AI-2, que extinguiu os antigos partidos e abriu caminho para o bipartidarismo, foi editado após uma crise provocada pela pressão da linha-dura. No final de 1965 estavam previstas eleições em vários estados da Federação e Castello Branco, fiel à sua postura de não fechar todos os canais democráticos, garantiu o cumprimento do calendário eleitoral. Para fazê-lo teve de enfrentar fortes pressões no sentido de que as eleições fossem canceladas.

Os resultados do pleito causaram grande impacto nas hostes governistas (STEPAN, 1975: 186). Nos dois maiores estados em que houve disputa, Minas Gerais e Guanabara, os candidatos apoiados pelo governo foram derrotados. Elegeram-se governadores sustentados pela aliança PSD-PTB, com apoio oficioso do Partido Comunista. A vitória da oposição em Minas e na Guanabara alimentou as idéias dos militares da linha-dura, associados a alguns civis golpistas, sobre a necessidade de um endurecimento político. Esses segmentos consideraram o fato uma derrota da “Revolução” e uma ameaça de revigoramento da subversão e do comunismo. Uma crise militar foi detonada, o que provocou a intervenção do Ministro da Guerra, Costa e Silva, tentando contornar os ânimos exaltados. Os estrategistas do governo, diante do potencial crescimento da oposição demonstrado pelo resultado das urnas, e também premidos pela pressão dos “duros” a favor da adoção de medidas “fortes”, resolveram reforçar as prerrogativas do Executivo, aumentando, portanto, a face discricionária do regime (KLEIN & FIGUEIREDO, 1978: 26).

Promoveram assim uma reformulação no sistema partidário, de modo a que ele se adequasse melhor aos objetivos do novo regime político. Temia-se que a permanência do antigo quadro partidário viesse a favorecer de forma constante seus adversários. A mística construída em torno da aliança PSD-PTB contribuiu para a disseminação da idéia de que ela era eleitoralmente imbatível, colocando para o governo o risco de novas derrotas no futuro. Resolveu-

---

<sup>3</sup> “Os principais oponentes militares ao grupo de oficiais ‘internacionalistas liberais’ simbolizados por Castello Branco, inicialmente, foram denominados pelos brasileiros de oficiais de ‘linha-dura’. Um termo mais preciso seria ‘nacionalistas autoritários’.

---

Este grupo não era totalmente fixo, mas sua composição e paixões mudavam de acordo com as pressões políticas do momento”. (STEPAN, 1975: 181).

se, pois, acabar com o problema de maneira radical, eliminando-se pura e simplesmente os antigos partidos políticos.

Além da convicção em torno da ameaça de derrotas eleitorais, outro problema preocupava o governo: a falta de uma base de apoio sólida no Parlamento. Após o golpe foi estruturado um bloco governista no Congresso, mas ele não garantia a coesão necessária para a defesa dos interesses do Executivo junto ao Legislativo. Portanto, com a decisão de reestruturar o sistema partidário, pretendia-se resolver dois problemas: destruir aqueles partidos que podiam servir de foco de contestação ao regime e construir um partido da situação, uma organização vinculada umbilicalmente ao movimento de 1964 e que, portanto, lhe garantisse suporte (KINZO, 1988: 28).

Mas por que então não criaram simplesmente um regime de partido único? Provavelmente pela junção de dois motivos. Primeiro, pela necessidade de apresentar uma fachada democrática do país para o exterior, até mesmo devido à intenção de distinguir-se das ditaduras e “republiquetas” tão comuns na América Latina. Segundo, e por paradoxal que pareça, devido a alguns pruridos liberais ainda remanescentes em certos setores governistas. É possível também que a manutenção de um canal aberto à manifestação oposicionista objetivasse melhor vigiá-la. Trazendo as forças oposicionistas para o campo institucional, o Estado militar poderia controlá-las de maneira mais fácil. Seja como for, os detentores do poder decidiram-se pela criação de um sistema bipartidário, cabendo às heterogêneas forças oposicionistas o desafio de se acomodarem todas na mesma agremiação.

O MDB começou a ser articulado ainda no final de 1965 e já em março do ano seguinte conseguia se registrar no Tribunal Superior Eleitoral. Os promotores da reformulação pensavam em organizações partidárias provisórias (LAMOUNIER & MENEGUELLO, 1986: 65), portanto os nomes das agremiações criadas não incluíram a palavra partido.

O MDB foi um partido que nasceu de cima para baixo, criado de dentro do Parlamento para fora, por força do arbítrio do regime. A legislação que instituiu os novos partidos exigia, como

condição prévia para o seu registro, a adesão de no mínimo um terço dos representantes da Câmara e do Senado<sup>4</sup>. Assim, por força da lei, os partidos deveriam nascer como organizações primordialmente parlamentares. Após o fato consumado, com o partido oposicionista já criado pelos parlamentares, é que se procurou obter o reconhecimento da sociedade.

Não é difícil perceber que a construção da legitimidade do novo sistema partidário era uma tarefa extremamente complicada. Tratava-se não só de obter respaldo social, como também de convencer o eleitorado a votar nos novos partidos. Além do fato de o bipartidarismo ser uma criação artificial e autoritária, deve-se considerar também que havia uma tradição partidária anterior, a qual tinha se enraizado junto à população e construído um jogo de fortes identificações simbólicas<sup>5</sup>. Repentinamente, por força de um ato autoritário, os partidos com os quais a população estava habituada há anos foram extintos e criados apenas dois, que deveriam dar conta de representar toda multiplicidade de aspirações, anseios e posicionamentos ideológicos peculiares a uma organização social complexa. Além disso, para o MDB se pôs uma outra dificuldade. Um número muito expressivo de líderes políticos de extração popular haviam sido cassados nos primeiros expurgos, desfalcando-se seriamente o campo oposicionista qualitativa e quantitativamente.

Os emedebistas tiveram dificuldades para completar o número mínimo de parlamentares exigido pela lei para criar sua agremiação. Tiveram assim que suportar a constrangedora situa-

<sup>4</sup> Dessa forma poderiam ser criados, no máximo, três partidos. Na prática, contudo, estabeleceu-se o bipartidarismo. Por um lado, a oposição não tinha forças para articular mais do que um partido. O governo, por seu turno, “estimulou” todos os seus apoiadores a se congregarem sob um só partido, de maneira a se garantir uma forte base de apoio no Congresso. Cf. KINZO, 1988: 29.

<sup>5</sup> A esse respeito, ver LAVAREDA, 1991. O autor mostra como, no início dos anos 60, havia se constituído entre setores muito expressivos da população fortes identificações com relação aos partidos então em vigentes.

## A FORMAÇÃO DO MDB

ção de ver o Presidente Castello Branco intercedendo junto a um Senador para convencê-lo a juntar-se ao MDB (*Jornal do Brasil*, 27/11/65, p. 04). Entretanto, isto parece não ter ocorrido em relação à Câmara dos Deputados, onde o limite mínimo foi atingido com certa tranqüilidade. O fato é que havia um grande receio entre muitos parlamentares em assumir claramente uma postura oposicionista, por causa dos riscos que corriam em relação às cassações.

### III. O MDB E OS ANTIGOS PARTIDOS

Na Câmara dos Deputados, as articulações visando à criação do MDB passaram pela discussão entre alguns blocos parlamentares que precederam a organização dos dois partidos. Já foi referida a existência de um bloco governista. Este era liderado pelo parlamentar mineiro Pedro Aleixo. A imprensa, por sua vez, registrou a existência de pelo menos outros três blocos, de cuja junção emergiu o MDB. Havia um Bloco Democrático Parlamentar, que agregava principalmente elementos egressos do PSD, liderado por Martins Rodrigues e contando com aproximadamente cinquenta aderentes. Havia o Bloco Parlamentar Trabalhista, liderado por Doutel de Andrade e que tinha por volta de oitenta membros. O seu nome indica a origem de seus componentes, oriundos do PTB. E por fim, um bloco independente, liderado por Mário Covas, congregando deputados com origem nos pequenos partidos (*Jornal do Brasil*, 4/11/65, p. 04).

O MDB emergiu a partir das negociações entre as lideranças desses grupos e, como veremos, a sua composição refletiu basicamente o contingente numérico expresso nos blocos.

Vejamos o quadro da origem partidária dos deputados que fundaram o MDB:

#### QUADRO 1

*Vinculação partidária anterior dos deputados emedebistas*

PTB	75
PSD	44
UDN	10

PSP	4
PDC	5
PTN	5
PST	1
PSB	2
PRT	2
Total	148

#### QUADRO 2

*Vinculação partidária anterior dos senadores emedebistas*

PTB	13
PSD	6
PTN	1
PL	1
PSB	1
Total	22 <sup>6</sup>

Como se pode ver pelos quadros acima o partido da oposição era formado basicamente por elementos oriundos do PTB e do PSD. Os parlamentares pertencentes a esses dois partidos perfaziam, juntos, cerca de 80% dos deputados. Somando os elementos oriundos dos outros partidos, constata-se que compunham apenas 20% da representação emedebista na Câmara. No Senado, o peso dos extintos PTB e PSD sobre o MDB era ainda maior. Juntos eles perfaziam cerca de 86% dos senadores da oposição.

Observando melhor os quadros pode-se chegar a outras conclusões interessantes. O ex-PTB era majoritário dentro do MDB. Dentre os extintos partidos era o que forneceu o maior número de quadros à oposição. Dos representantes na Câmara que aderiram ao MDB em 1966, cerca de 50% tinham pertencido ao PTB. No Senado esta proporção ascendia a 59%. O PSD vinha em seguida com 30% na Câmara e 27% no

<sup>6</sup> FLEISCHER, 1984: 127.

Senado<sup>7</sup>.

Verificando-se a origem partidária dos deputados eleitos pelo MDB nas legislaturas subsequentes, percebe-se que os ex-petebistas continuaram sendo o grupo mais numeroso, exceto em 1978, como pode ser visto nos quadros para as quatro legislaturas a partir de 1966, quando ocorreram as primeiras eleições sob o bipartidarismo.

LEGISLATURA DE 1967-1971  
(Deputados e Senadores do MDB)

QUADRO 3		QUADRO 4	
Câmara		Senado	
origem	Nº	origem	Nº
PTB	50	PTB	10
PSD	39	PSD	5
UDN	14	UDN	1
PSP	8	PTN	1
PDC	5	PL	1
PTN	7	PSB	1
PST	2		
PL	2		
PSB	1		
*	5		
Total	133	Total	19

LEGISLATURA DE 1971-1975  
(Deputados e Senadores do MDB)

QUADRO 5		QUADRO 6	
Câmara		Senado	
origem	Nº	origem	Nº
PTB	32	PTB	1
PSD	22	PSD	4
UDN	8	PSP	1
PSP	4	PDC	1
PDC	3		
PTN	5		
PR	2		
PSB	2		
*	8		
Total	86	Total	7

LEGISLATURA DE 1975-1978  
(Deputados e Senadores do MDB)

QUADRO 7		QUADRO 8	
Câmara		Senado	
origem	Nº	origem	Nº
PTB	42	PTB	2
PSD	28	PSD	6
UDN	14	UDN	1
PSP	6	PSP	1
PDC	5	PDC	1
PTN	5	PST	1
PR	3	PL	1
PSB	2	PSB	1
PTR	2		
*	50	*	3
Total	160	Total	18

<sup>7</sup> A título de comparação, vamos registrar alguns dados relativos à ARENA. Entre os parlamentares fundadores do partido do governo o grupo mais numeroso provinha da UDN, cerca de 86 deputados, que compunham aproximadamente 34% do partido. Em seguida vinham os ex-pessedistas, com 78 deputados e 30,5% da representação dentro da ARENA. Quanto aos deputados pertencentes até então ao PTB, 38 filiaram-se à ARENA, aproximadamente 15% do novo partido. A Aliança Renovadora Nacional foi constituída inicialmente por cerca de 257 deputados.

LEGISLATURA DE 1979-1983  
(Deputados e Senadores do MDB)

QUADRO 9

Câmara	
origem	Nº
PTB	36
PSD	37
UDN	13
PSP	7
PDC	8
PTN	3
PR	3
PSB	4
PRT	2
*	76
Total	189

QUADRO 10

Senado	
origem	Nº
PTB	5
PSD	7
UDN	3
PDC	2
PST	1
PL	1
PSB	1
*	5
Total	25 <sup>8</sup>

Ao longo das quase duas décadas de existência do MDB, o PTB se constituiu no partido que forneceu os maiores contingentes oposicionistas. Esta afirmação, contudo, se aplica mais à Câmara dos Deputados que ao Senado. Entre os membros da oposição a influência dos petebistas neste último foi bem menor, particularmente a partir de 1971.

De uma maneira geral, a influência dos parlamentares emedebistas com origem nos partidos “reformistas” (PTB, PSB etc.) era maior na Câmara, o que provavelmente explica o perfil mais moderado da bancada oposicionista no Senado, em comparação com a de deputados federais. A própria imprensa apontava para este fenômeno, falando mesmo num conflito entre as representações oposicionistas das duas Casas por conta da sua postura diferente: “A diver-

gência entre as bancadas oposicionistas na Câmara e no Senado, notória desde a formação do MDB, conduziria o Partido a uma crise grave [...]. A ameaça de cisão no MDB persistirá, no entanto, na legislatura a instalar-se no dia 1º de fevereiro, na medida em que se mantenha a diferença de comportamento entre as duas bancadas. O quadro de senadores do MDB permanecerá praticamente inalterado e nada indica que a bancada da Câmara, que sofrerá considerável renovação, venha a ser menos agressiva do que a atual” (*Jornal do Brasil*, 21/01/1967, p. 03).

A matéria aponta para a existência de divergências sérias entre os emedebistas do Senado e da Câmara, sugerindo, inclusive, que tais diferenças constituíam uma permanente ameaça de cisão no partido. A diferença de comportamento aventada tinha origem justamente no fato de que os deputados tendiam a ser mais agressivos que os senadores na sua prática oposicionista.

Contudo, a proeminência dos trabalhistas na bancada de deputados federais do MDB tem que ser melhor analisada. Os dados demonstram uma tendência, no decorrer do tempo, de diminuição do peso do ex-PTB no interior do MDB. Se na formação do partido, em 1966, os trabalhistas compunham 50,6% dos deputados federais, em 1967 essa proporção baixava para 37,6%. Em 1971 os deputados emedebistas de origem petebista correspondiam a 37,2% do total; em 1975 caíram para 26,2% e em 1979 foram reduzidos a 19%. Essa redução, todavia, deve-se ao declínio da influência dos antigos partidos de um modo geral, fruto da renovação nos quadros políticos. Em 1979, 76 deputados do MDB — 40% de um total de 189 — já não apresentavam vinculação partidária anterior.

Mesmo levando-se em conta que ocorreu uma progressiva redução no coeficiente numérico dos trabalhistas dentro do MDB, é inegável que a sua influência foi muito marcante. A presença maciça dos ex-petebistas no partido oficial da oposição foi fundamental para a definição de seus rumos e de sua atuação. Nos primeiros anos de funcionamento do bipartidarismo falava-se muito em hegemonia do PTB dentro da nova agremiação das oposições, por causa do peso

<sup>8</sup> FLEISCHER, 1984: 127-137. Existem pequenas imprecisões nas totalizações de algumas das tabelas elaboradas por Fleischer, mas são estatisticamente desprezíveis.

numérico dos oriundos do trabalhismo<sup>9</sup>.

Um outro dado importante a ser levado em conta, no sentido de averiguar-se a influência dos partidos extintos sobre o MDB, diz respeito à “herança” das suas estruturas organizacionais. Quando o bipartidarismo foi estabelecido, ARENA e MDB procuraram se aproveitar das estruturas dos velhos partidos, principalmente no que se refere aos diretórios municipais. O espólio que o MDB recolheu é bastante revelador: “Quando os novos partidos foram criados, quase todos os diretórios municipais que antes pertenciam à UDN passaram para a ARENA [...]; o MDB, ao contrário, herdou a maioria das redes do PTB e do PSB, que foram insuficientes para começar, particularmente, nos estados mais rurais, e também herdou setores menores do PSD e de outros partidos, mas principalmente urbanos” (SOARES, 1988: 105).

Destaca-se aqui o perfil eminentemente urbano do jovem MDB, que absorveu quase que inteiramente as organizações de partidos de caráter urbano como o PTB e o PSB. Além disso, as parcelas dos outros partidos que vieram a integrá-lo eram, em muitos casos, também de origem urbana. Como se vê as informações disponíveis em relação à absorção das estruturas dos partidos extintos confirmam o grande peso que detinha o PTB dentro da nova agremiação oposicionista.

Entretanto, é preciso considerar que o velho partido fundado por Getúlio nunca chegou a conformar uma agremiação homogênea. Havia basicamente duas tendências no PTB. Uma fisiológica, ligada ao aparelho do Estado, notadamente à burocracia sindical, cujo objetivo básico era reproduzir esses vínculos e aproveitar-se ao máximo das benesses propiciadas pelas relações estreitas com o Estado. E uma outra, que pode ser classificada como doutrinária, mais claramente preocupada em defender reivindicações

populares e levar adiante um programa de reformas sociais (DELGADO, 1989: 157).

A facção trabalhista reformista teve uma importância destacada nas mobilizações populares e nacionalistas dos anos 50 e 60, quando o projeto das “reformas de base” ganhou projeção política, mobilizando importantes setores da população (MORAES, 1989: 34). De certo modo o PTB serviu de estuário para as forças políticas que lutavam pelas reformas sociais, configurando-se como a face político-institucional mais visível do campo “popular-reformista”. Basta recordar que o maior e mais influente grupamento clandestino da esquerda (o Partido Comunista) atuava principalmente através do PTB e em aliança com ele. Isso fazia com que freqüentemente o PTB aparecesse como a própria encarnação da aliança reformista. Era comum também que a ala reformista ou doutrinária do PTB fosse associada a personalidades que melhor a encarnassem ou que exercessem um papel de liderança destacada, como eram os casos do Presidente João Goulart e do Governador Leonel Brizola.

Pois bem, é preciso levar em consideração essas divisões internas do trabalhismo para entender a sua influência sobre o MDB. O PTB que compunha majoritariamente o MDB não era dominado pela ala favorável às reformas de base e às reivindicações populares<sup>10</sup>. E nem poderia ser de outro modo, uma vez que a onda de cassações pós-64 atingiu basicamente os políticos ligados às propostas reformistas. De fato, a ala mais à esquerda do PTB e a própria esquerda de um modo geral foram bastante enfraquecidas e esvaziadas com a derrota sofrida em 1964. Isso, obviamente, comprometeu sua capacidade de atuar e influir politicamente.

Apesar dessas significativas dificuldades, os setores ligados às lutas “populares” conseguiram deixar sua marca no MDB, exercendo uma forte pressão para que o partido adotasse um perfil mais identificado com os seus projetos, notadamente nos primeiros anos da trajetória emedebista. Tal influência pode ser percebida na elaboração do programa do partido, na consti-

<sup>9</sup> É difícil corroborar esta opinião. Certamente a influência dos trabalhistas foi muito significativa, particularmente nos dois primeiros anos, mas isto não implicou automaticamente em hegemonia. A influência e capacidade de articulação dos políticos moderados, principalmente os ex-pessedistas, conseguia contrabalançar o peso numérico do grupo do ex-PTB.

<sup>10</sup> Coluna do Castello, *Jornal do Brasil*, 14/12/65, p. 04.

tuição de sua matriz discursiva e na prática política.

O programa emedebista, negociado durante as articulações para a formação do partido, refletiu a sua composição heterogênea. Procurou-se estabelecer um equilíbrio entre as posições das diversas correntes políticas integrantes do campo oposicionista. O eixo central, único ponto de convergência para todos, constituiu-se em torno das reivindicações democráticas e de retorno ao Estado de direito.

Contudo, outros dois elementos foram incorporados ao programa de maneira a contentar os setores reformistas: a temática nacional e as reivindicações sociais. Na verdade, a formulação desses temas no programa era propositalmente vaga, deixando margem para ambigüidades<sup>11</sup>. Mas a ala mais radical do MDB procurou interpretá-los à sua maneira, enfatizando o nacionalismo e a denúncia das mazelas sociais em seus discursos e em sua militância.

No que se refere ao nacionalismo, foi muito constante no discurso dos parlamentares da oposição o questionamento da penetração do capital estrangeiro na economia brasileira, processo facilitado e estimulado pelos governos militares<sup>12</sup>. No início dos anos 1970 a oposição tentou empreender ações mais concretas em relação ao problema: propôs o estabelecimento de uma CPI no Congresso para investigar a atuação das mul-

tinacionais no país.

Quanto à “questão social”, a ênfase do discurso e da ação dos emedebistas — e, ressalte-se, houve mais retórica que ação — concentrou-se na denúncia do agravamento dos problemas sociais do país, decorrência das políticas adotadas pelo regime militar. A título de exemplo, podemos mencionar o caso da extinção da estabilidade no emprego e a implantação do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço). Os grupos mais agressivos da oposição tentaram protestar contra esta medida governamental, articulando ações conjuntas com lideranças sindicais no período 1966-67.

No decorrer dos cerca de treze anos de existência do partido cristalizou-se a existência de setores “esquerdistas” que permaneceram fiéis às bandeiras originais, mesmo tendo havido mudanças na sua composição e uma paulatina redução da influência trabalhista<sup>13</sup>. A pressão e a atuação política dos grupos reformistas contribuiu sobremaneira para a constituição da cultura política emedebista, legada em grande medida, posteriormente, ao PMDB.

Um outro exemplo pode ser aventado para mostrar a influência dos setores “reformistas” ou “populistas” e de suas lideranças dentro do MDB. O aval de Jango foi fundamental para que esses setores aderissem ao movimento conhecido como “Frente Ampla” e contornassem as dificuldades políticas relacionadas a ele. A articulação da Frente Ampla ocorreu em 1967/68 e tentava congregiar as principais lideranças políticas que naquele momento se colocavam em rota de colisão com o regime militar. Os três grandes nomes encabeçando o movimento eram Juscelino Kubitschek, João Goulart e Carlos Lacerda, este último tendo aderido recentemente à oposição, desencantado com o regime que ajudou a implantar. Era uma articulação que passa-

---

<sup>11</sup> A formulação básica do programa era a seguinte: restauração plena da democracia representativa; política de desenvolvimento nacional; política de justiça social; política externa de independência, sem prejuízo da solidariedade com os países democráticos (*Jornal do Brasil*, 23/11/65, p. 07).

<sup>12</sup> “Como se vê, a política de intercâmbio, sem que entremos em maiores pormenores, [...] se revestiu de preocupações de aniquilar com o empresário nacional. Primeiro, dificulta para o mesmo produzir e, em seguida, facilita a importação de produtos similares ao nacional, para completar a obra de liquidação industrial do país. E a desnacionalização de nossa fábricas deverá ser o fim do Brasil, por isso que ela vem determinando, em termos alarmantes, o domínio econômico dos capitalistas norte-americanos”. Dep. César Prieto, ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, Vol. II, 15/02/66, p. 337.

---

<sup>13</sup> No início de 1975 o *Jornal do Brasil* fez uma pesquisa de opinião entre os congressistas. Uma das perguntas era sobre a participação do Estado na economia. Entre os parlamentares do MDB, 60% eram a favor do aumento da presença estatal na economia, enquanto 22% defendiam a sua redução e 18% a sua manutenção nos patamares então vigentes (*Jornal do Brasil*, 15/04/75, pp. 04 e 05).



va por cima dos partidos, visando estabelecer um movimento amplo de luta pelo retorno à democracia.

A aliança proposta para viabilizar a Frente causava muita polêmica entre os setores mais à esquerda no espectro político. Muitos não concebiam a hipótese de verem unidos Jango e Lacerda lutando do mesmo lado. Os embates dos anos anteriores estavam ainda muito frescos na memória para serem colocados de lado facilmente. Vários deputados emedebistas subiram à tribuna da Câmara para demonstrar sua estranheza com relação aos rumores a respeito da articulação da Frente<sup>14</sup>. O número dos que se colocavam contra o movimento era apreciável. As resistências só foram definitivamente rompidas quando foi anunciada publicamente a adesão de Jango à Frente Ampla: “Dirijo-me especialmente à Oposição. Os que hesitaram — e os pouquíssimos que ainda hesitam — por motivos compreensíveis, não têm mais motivo para fazê-lo. Jango, cassado, está na Frente”<sup>15</sup>.

A nosso ver isso demonstra que a facção trabalhista ligada à linha reformista, mesmo sendo minoritária, tinha um poder de pressão razoável dentro do MDB. De qualquer modo, a presença dos trabalhistas dentro do MDB, ideológicos ou não, era fundamental para conferir ao partido uma imagem e um apelo populares. Isto pode ser exemplificado por um episódio relatado por Carlos Castello Branco.

Ainda em 1967, portanto pouco tempo após a implantação do bipartidarismo, um grupo de políticos trabalhistas articulou o ressurgimento do PTB. A proposta atemorizou algumas lideranças emedebistas, preocupadas com um provável esvaziamento do recém-fundado partido oposicionista. Castello Branco relatou a argumentação dos líderes emedebistas, que procuravam evitar a volta do PTB: “O Secretário-Geral do MDB, Sr. Martins Rodrigues, invoca, em amparo do seu Partido, o argumento de que não há

razões nem ideológicas nem técnicas que aconselhem a reconstituição das antigas legendas, inclusive a do PTB, que fornece o principal núcleo do Partido oposicionista. Do ponto-de-vista ideológico, o MDB atenderia hoje à média do pensamento esquerdista, na defesa de postulados nacionalistas, sociais e outros, que constituíam o núcleo da doutrina trabalhista. Na medida em que forças populares forem se integrando na agremiação, mais autenticamente exprimirá ela as posições básicas do trabalhismo e do nacionalismo. Tecnicamente, o MDB oferece uma base mais ampla de ação e um instrumento mais valioso de operação daquela doutrina do que o PTB, que, recompondo-se agora, não contaria com a colaboração ostensiva dos seus líderes populares, postos fora da vida pública pela suspensão dos seus direitos políticos [...]. O PTB, voltando, daria um golpe mortal no prestígio do MDB e nem por isso se organizaria como força capaz de substituí-lo [...]”<sup>16</sup>.

Ora, como sabemos, esse episódio não levou a nada de concreto. A idéia de reorganização de um partido trabalhista, naquela conjuntura, foi logo posta de lado. O mais importante e revelador não foi a articulação em si, mas o temor que ela causou na liderança emedebista. O episódio revelou o quanto a herança trabalhista era importante para o MDB pois, como foi demonstrado, o PTB constituía o principal núcleo do partido das oposições. O temor causado pela proposta de sua reorganização demonstra que havia um medo de que ela implicasse num esvaziamento orgânico do MDB. Por outro lado, indica também que o MDB pretendia atuar aproximadamente na mesma “faixa” do trabalhismo, objetivando atingir o mesmo espaço e o mesmo eleitorado<sup>17</sup>.

A preocupação das lideranças emedebistas em absorver e ocupar o espaço do PTB é com-

<sup>14</sup> Caso, por exemplo, do Deputado Lurtz Sabiá, ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, Vol. XX, 13/09/67, p. 475.

<sup>15</sup> Deputado David Lerer, ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, Vol. XXII, 26/09/67, p. 95.

<sup>16</sup> Coluna do Castello, *Jornal do Brasil*, 11/07/67, p. 04.

<sup>17</sup> Existem dados comprovando que, pelo menos em certas regiões, o MDB conseguiu atrair os votos dos antigos eleitores do PTB. Uma pesquisa realizada em Niterói nas eleições municipais de 1976 levantou elementos apontando nessa direção. Cf. LIMA JR., 1978: 127.

previsível, se for considerada a grande penetração do PTB no eleitorado urbano. Uma pesquisa feita pelo IBOPE no início de 1964, abrangendo as oito maiores capitais brasileiras, revelou que, nessas cidades, o PTB era o partido preferido do eleitorado. Tomando os dados para as oito capitais de maneira global, o PTB obtinha 29% de preferência, contra 14% para a UDN e 7% para o PSD (LAVAREDA, 1991:135). Outro dado interessante: o PTB teve seus redutos mais importantes na Guanabara e em Porto Alegre, que foram também os centros urbanos de maior penetração emedebista. Sem dúvida nenhuma, o MDB conseguiu herdar parcelas significativas do eleitorado fiel aos trabalhistas.

Não se pode, contudo, desprezar o papel dos outros grupamentos políticos que contribuíram para a formação do MDB, particularmente o PSD. O Partido Social Democrático deixou uma marca profunda no novo partido, principalmente entre os emedebistas que viriam a ser conhecidos depois como integrantes da ala moderada do Movimento Democrático Brasileiro. O pessedismo legou ao MDB um núcleo importante de políticos experientes, que prestaram bons serviços à causa da democracia. A matriz pessedista contribuía para dar um tom mais moderado à atuação oposicionista, através de uma predisposição para a conciliação que irritava os membros mais radicais do MDB. Todavia, em diversos momentos, particularmente quando o autoritarismo se fez sentir com mais força, a experiência e moderação dos ex-pessedistas foram cruciais para manter a frente oposicionista e dar-lhe um rumo conseqüente.

Quanto aos pequenos partidos que também deram sua contribuição para a estruturação do MDB, é mais difícil aquilatar o seu grau de influência. Amalgamaram-se, de um modo geral, na grande frente democrática representada pelo MDB. Os políticos oriundos dos pequenos partidos de orientação trabalhista ou socialista, além dos comunistas do PCB, adotaram posições convergentes com as do grupo reformista do PTB, aderindo ao MDB. Foi justamente essa convergência que contribuiu para que o perfil próprio dessas agremiações ficasse freqüentemente obscurecido dentro do novo partido. Contudo, muitos elementos provenientes destas organizações menores tiveram importância destaca-

da na atuação oposicionista do MDB, constituindo parcela substantiva no interior dos segmentos mais aguerridos do partido.

Nos primeiros anos de existência do MDB, a convivência interna entre as diversas matrizes partidárias foi problemática. Não é difícil imaginar como foi complicado abrigar sob o mesmo partido tendências e grupos tão diversos. Ainda mais se for considerado que a adesão ao novo sistema partidário foi praticamente compulsória, independentemente da vontade dos atores em questão. Não se tratava somente de um problema de origem partidária diversa, com tudo que isto implica em termos de práticas e tradições diferentes. Havia também as questões ideológicas e programáticas, que se constituíam em fortes fatores de dissenso, ultrapassando, muitas vezes, as fronteiras dos partidos.

Inicialmente as disputas e dissensões ocorriam basicamente antepondo as lideranças de origem petebista e pessedista. Lideranças trabalhistas de corte mais radical discordavam do oposicionismo moderado que os políticos oriundos do PSD pretendiam adotar como linha para o MDB. Destacaram-se neste embate, particularmente, os deputados Doutel de Andrade e Oswaldo Lima Filho. Ambos foram personalidades de grande expressão no período “populista”, mas escaparam das primeiras cassações no imediato pós-64. Atuando dentro do MDB eles lutavam para colocar o partido numa postura próxima ao seu projeto histórico, caudatário das propostas reformistas dos anos 60. Poucados em 1964, sua vida política ativa e legal não durou muito, contudo. Doutel foi cassado em novembro de 1966 e Oswaldo Lima Filho em 1968, pelo AI-5. Mas, enquanto puderam atuar, estas e outras lideranças se bateram no interior do MDB contra os que propunham uma atuação moderada para a oposição. Em agosto de 1966, por exemplo, defenderam uma proposta na bancada do MDB no sentido de que o partido adotasse uma postura de obstrução em relação às iniciativas legislativas governamentais (*Jornal do Brasil*, 17/08/66, p. 04). Isto se chocava com a posição dos ex-pessedistas, propensos a negociar sempre.

Em decorrência da divergência quanto à linha que o partido deveria seguir, a disputa pela liderança da bancada na Câmara Federal tornou-se acirrada. Explica-se essa disputa pelo fato de o

líder desempenhar importante papel na atuação parlamentar do partido, tornando-se uma de suas expressões mais visíveis. No começo de 1967, o grupo ligado ao trabalhismo articulou o lançamento da candidatura do deputado Oswaldo Lima Filho a líder. A intenção era, através da ocupação da liderança, influir para que o MDB trilhasse por um oposicionismo mais radical. Do lado mais moderado o candidato era Martins Rodrigues, ex-integrante do PSD, que vinha exercendo a liderança do MDB desde 1966. Por fim, articulou-se a candidatura de um *tertius* na pessoa do deputado Mário Covas, que acabou elegendo-se líder (*Jornal do Brasil*, 02/02/67, p. 04). O episódio revela assim a dinâmica das disputas internas no início da trajetória emedebista.

Esta disputa pela liderança, ocorrida em 1967, é também um marco no que se refere à superação do vínculo com os partidos anteriores. A bancada decidiu que a escolha do líder não deveria mais ocorrer baseada em composições a partir dos antigos partidos, como havia ocorrido no ano anterior. Decidiu-se que o líder deveria ser aquele que obtivesse maior número de votos na bancada, independente de sua origem partidária (*Jornal do Brasil*, 22/01/67, p. 03). Isto pode ser considerado um sintoma de que o MDB começava a ser encarado como um partido de fato, com existência própria, e não um agregado de fragmentos de outras agremiações.

De fato, paulatinamente a herança dos partidos extintos foi sendo superada e essa superação deve ser entendida no sentido de incorporação, e não rejeição. As propostas, os projetos e as características que os partidos extintos imprimiram ao MDB permaneceram, mas foram sendo transformadas ou enriquecidas ao longo do tempo. As mudanças ocorridas na realidade social exigiram a atualização de certas fórmulas e de certas práticas. Além disso, houve uma renovação muito grande dos próprios quadros políticos partidários. Os elementos mais jovens que iam sendo incorporados à vida parlamentar frequentemente não tinham pertencido a nenhum partido anterior. A própria marcha do tempo tornava esse fenômeno inevitável, criando uma geração de políticos com maior grau de liberdade em relação ao passado e cujo único vínculo era com o MDB.

No entanto, não se pode deixar de chamar atenção para o fato de que a repressão, tornada corriqueira no regime militar, foi responsável pela eliminação política de uma infinidade de lideranças. A renovação nos quadros partidários foi propiciada também pela onda repressiva. Os espaços políticos abertos deixados pelos cassados iam sendo ocupados, muitas vezes, por pessoas iniciantes na vida política. Portanto, a renovação e a superação dos marcos partidários anteriores foram fruto da evolução temporal e da dinâmica social, mas também da sanha persecutória dos governos pós-64.

Mesmo assim, algumas formações políticas mantiveram suas bases atuando na frente emedebista e conseguiram se reaglutinar depois, na reforma partidária de 1979. Foi o que ocorreu com os trabalhistas seguidores da liderança de Leonel Brizola, que organizaram o Partido Democrático Trabalhista. Mas a grande maioria das figuras de expressão política anterior ao bipartidarismo optaram, em 1979/80, por não voltar aos esquemas antigos, adotando soluções partidárias novas. Muitos trabalhistas históricos preferiram permanecer no PMDB, praticamente uma continuação do MDB.

Obviamente, porém, a progressiva superação da herança dos partidos extintos não implicou no desaparecimento das clivagens internas. Os posicionamentos políticos distintos permaneceram, alimentando as cisões e as disputas intrapartidárias. Só que cada vez menos as divergências dependiam das ligações partidárias anteriores. Elas passaram a ser fruto de uma dinâmica interna própria ao MDB, que mantinha em pauta temas antigos, como o nacionalismo, e recolhia outros recentes, ou renovados, como a luta contra o arrocho salarial.

Por outro lado, se é verdade que o vínculo com o quadro partidário anterior foi superado, não se pode esquecer que a influência dos antigos partidos deixou traços permanentes no MDB, marcando profundamente sua atuação, seu programa e mesmo sua cultura política. O compromisso de reunir liberais moderados, democratas e esquerdistas de diversos matizes levou o partido a procurar um espaço de atuação na área de confluência entre o centro e a esquerda do espectro político.

Rodrigo Patto Sá Motta é Mestre em História (UFMG) e Professor do Departamento de História da mesma universidade.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FLEISCHER**, David. (1984). *Do antigo ao novo pluripartidarismo. Partidos e sistemas partidários no Congresso Nacional (1945-1984)*. Brasília, Câmara dos Deputados.
- GORENDER**, Jacob. (1987). *Combate nas trevas*. São Paulo, Ática.
- KINZO**, Maria D'Alva Gil. (1988). *Oposição e autoritarismo no Brasil. Gênese e trajetória do MDB. 1966/1979*. São Paulo, IDESP/Vértice.
- KLEIN**, Lúcia & **FIGUEIREDO**, Marcus F. (1978). *Legitimidade e coação no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro, Forense - Universitária.
- LAMOUNIER**, Bolivar & **MENEGUELLO**, Rachel. (1986). *Partidos políticos e consolidação democrática. O caso brasileiro*. São Paulo, Brasiliense.
- LAVAREDA**, Antônio. (1991). *A democracia nas urnas*. Rio de Janeiro, Rio Fundo-IUPERJ.
- LIMA JR.**, Olavo Brasil de. (1978) "Articulação de interesses, posição sócio-econômica e ideologia: as eleições de 1976 em Niterói". In: REIS, FábioWanderley (org.) *Os partidos e o regime. A lógica do processo eleitoral brasileiro*. São Paulo, Símbolo.
- MORAES**, Dênis de. (1989). *A esquerda e o golpe de 64*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo.
- MOTTA**, Rodrigo Patto Sá. (1993). *Partido e sociedade. A trajetória do MDB*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, Departamento de História/UFMG, mimeo.
- NEVES**, Lucília de Almeida. (1989). *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo, Marco Zero.
- SOARES**, Gláucio A. D. (1988). "A política brasileira: novos partidos e velhos conflitos". In: FLEISCHER, David (org.). *Da distensão à abertura. As eleições de 1982*. Brasília, Ed. UnB.
- STEPAN**, Alfred. (1975). *Os militares na política*. Rio de Janeiro, Artenova.

### OUTRAS FONTES

*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro-RJ.

*Anais da Câmara dos Deputados*, Brasília-DF.